



São Paulo, 17 de março de 2022.

Ao

Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras

Senhores:

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964 de 25/09/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2021
Documentos:	<ul style="list-style-type: none">• Balanço Patrimonial• Demonstração do Resultado• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido• Demonstração dos Fluxos de Caixa• Demonstração do Resultado Abrangente• Notas Explicativas• Relatório da Administração
Data publicação no site:	14/03/2022
Sítio eletrônico de publicação:	www.cooperalesp.com.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

3. Finalizando, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários, através do e-mail cooperalesp@al.sp.gov.br

Atenciosamente,

C.C.M. dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Cooperalesp
CNPJ: 04.791.645/0001-40

CELSON DE MOURA LEITE RIBEIRO
Diretor Presidente

FABIO GENARO
Contador CRC 1SP215.304/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da **Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - Cooperalesp**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

A política de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de risco operacional da Cooperativa busca atender os requisitos da implementação da estrutura simplificada conforme dispõem as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/17 e nº 4.606/17. A política tem como objetivo estabelecer os critérios, procedimentos, rotinas, diretrizes para a gestão do risco operacional abrangendo eventos de perdas relevantes, ocorrências relativas a potenciais riscos operacionais, de forma a minimizar as ocorrências, bem como prover a administração da Cooperativa, com informações consistentes, padronizadas e atualizadas para a sua mitigação.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, COOPERALESP obteve um resultado bruto positivo de R\$ 1.186.300.

3. Ativos

Os recursos aplicados em títulos e valores mobiliários somaram R\$ 5.766.880. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 13.448.057.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 13.448.057	100%
--------------------	----------------	------

Os 10 Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 18,54 % da carteira, no montante de R\$ 2.493.236.

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da COOPERALESP era de R\$ 18.135.175. O quadro de associados era composto por 602 cooperados, havendo uma redução de aproximadamente 13% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPERALESP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,15% nos níveis de "A" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da COOPERALESP está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe a Diretoria Executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da COOPERALESP são auditados por auditores de contos internos, que emitem relatórios, levados ao conhecimento da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento da Diretoria, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito a cada 02 (dois) anos na AGO, com mandato até a **AGO de 2022**, o Conselho Fiscal tem função complementar à da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética / Canal de Denúncias

A Cooperativa, consciente da importância de se estabelecer padrões éticos para a condução de relações internas e externas, o Código de Ética conforme a natureza e a complexidade dos produtos e serviços de nossa Instituição.

As normas e princípios estabelecidos nesse código deverão ser obedecidos e cumpridos por todos os empregados, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como pelos contratados de empresas terceirizadas que prestem serviços à COOPERALESP. O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.859/2020 (ANEXO I), determinou a obrigatoriedade da instalação de canal de denúncia, investigação, aplicação de procedimentos e regras de compliance por parte de todas as instituições financeiras. A adoção do modelo de estrutura do canal de denúncias requer efetivo envolvimento da administração da Cooperativa, para efeito de promover adequada integração dos responsáveis pela execução das atividades previstas nesta norma e dos demais integrantes do quadro de funcionários.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da COOPERALESP, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria da COOPERALESP registrou 01 manifestação de cooperado sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, sendo resolvida de forma satisfatória.

Agradecimentos,

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo/SP, 17 de março de 2022.

Celso de Moura Leite Ribeiro

Diretor Presidente

Renato Rodrigues Marquesim

Diretor Resp. pela Área Contábil

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mutuo dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de SP - COOPERAESP

CNPJ nº 04.791.645/0001-40

ATIVO		2021	2020	PASSIVO		2021	2020
CIRCULANTE	NOTA	8.115.879	10.794.974	CIRCULANTE	NOTA	1.041.220	874.307
Caixa e Equivalentes de Caixa	(NOTA 04)	20.801	65.750	Cobrança e Arrec de Trib e Assemelhados		-	-
Títulos e Valores Mobiliários	(NOTA 04)	5.766.880	7.499.475	Obrigações Sociais e Estatutárias	(NOTA 09)	913.028	774.740
<u>Operações de Crédito</u>	(NOTA 05)	<u>2.305.253</u>	<u>3.130.348</u>	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 10)	51.475	32.654
Empréstimos		2.322.420	3.281.502	Diversas	(NOTA 11)	76.717	66.912
(-) Prov. p/ Cred. Liquidação Duvidosa		(17.168)	(151.154)				
Outros Créditos	(NOTA 06)	15.417	93.244				
Outros Valores e Bens	(NOTA 07)	7.529	6.156				
NÃO CIRCULANTE		11.072.953	8.652.325	NÃO CIRCULANTE		-	-
<u>Operações de Crédito</u>	(NOTA 05)	<u>11.040.063</u>	<u>8.620.276</u>	Depósitos			
Empréstimos		11.125.637	8.931.907	Depósitos à Vista			
(-) Prov. p/ Cred. Liquidação Duvidosa		(85.574)	(311.631)	Depósitos a Prazo			
<u>Investimentos</u>	(NOTA 08)	<u>14.879</u>	<u>14.423</u>	Obrigações por Empréstimos e Repasse			
Outros Investimentos		14.879	14.423	Outras Obrigações			
				Diversas		-	-
<u>Imobilizado de Uso</u>	(NOTA 08)	<u>6.750</u>	<u>10.302</u>				
Outras Imobilizações de Uso		49.094	49.094				
(-) Depreciação Acumulada		(42.344)	(38.792)				
<u>Intangível</u>	(NOTA 08)	<u>11.261</u>	<u>7.324</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.147.612	18.572.992
Outros Ativos Intangíveis		21.717	14.688	Capital Social	(NOTA 13 a)	16.003.613	16.770.154
(-) Amortização Acumulada		(10.455)	(7.364)	RESERVA LEGAL	(NOTA 13 b)	1.179.389	1.065.906
				Sobra ou Perdas Acumuladas	(NOTA 13 d)	964.610	736.933
TOTAL DO ATIVO		19.188.832	19.447.299	TOTAL DO PASSIVO		19.188.832	19.447.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mutuo dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de SP - COOPERALESP
CNPJ nº 04.791.645/0001-40

	2º SEMESTRE DE 2021	2021	2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.371.598	2.530.670	2.236.094
Operações de Crédito	1.160.884	2.226.224	2.122.352
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	210.714	304.446	113.742
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	276.492	288.097	(57.198)
Operações de Captação no Mercado	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	276.492	288.097	(57.198)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.648.090	2.818.767	2.178.896
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.182.925)	(1.647.079)	(1.280.395)
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(279.638)	(532.510)	(462.533)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(213.449)	(423.231)	(380.100)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(5.431)	(6.931)	(5.819)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	498	498	347
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(684.905)	(684.905)	(432.290)
RESULTADO OPERACIONAL	465.165	1.171.688	898.500
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10.271	14.613	7.623
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	10.271	14.613	7.733
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	-	-	(110)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	475.435	1.186.300	906.123
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.960)	(3.733)	(1.334)
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	(38.263)	(38.263)	(32.157)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	434.212	1.144.305	872.632
F A T E S	-	(66.212)	(49.001)
Reserva Legal	-	(113.483)	(86.698)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE	434.212	964.610	736.933
JUROS AO CAPITAL	(684.905)	(684.905)	(432.290)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mutuo dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de SP - COOPERAESP
CNPJ nº 04.791.645/0001-40

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2019	15.626.237	979.208	690.901	17.296.346
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Constituição de Reservas				-
Ao Capital	690.901		(690.901)	-
Integralização/Subscrição de capital	4.093.565			4.093.565
(-) Devolução de Capital	(4.054.200)			(4.054.200)
Integralização de Juros ao Capital	432.290			432.290
IRRF sobre Juros ao Capital	(18.639)			(18.639)
Sobras ou Perdas Líquidas			872.632	872.632
FATES - Atos Não Cooperativos			(5.652)	(5.652)
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		86.698	(86.698)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(43.349)	(43.349)
Saldos em 31/12/2020	16.770.154	1.065.906	736.933	18.572.992
Mutações do Período				
Constituição de Reservas				-
Ao Capital	736.933		(736.933)	-
Integralização/Subscrição de capital	3.595.307			3.595.307
(-) Devolução de Capital	(5.745.318)			(5.745.318)
Integralização de Juros ao Capital	684.905		-	684.905
IRRF sobre Juros ao Capital	(38.367)			(38.367)
Sobras ou Perdas Líquidas			1.144.305	1.144.305
FATES - Atos Não Cooperativos			(9.470)	(9.470)
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		113.483	(113.483)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(56.742)	(56.742)
Saldos em 31/12/2021	16.003.613	1.179.389	964.610	18.147.612
Mutações do Período				
	(766.540)	113.483	227.677	(425.380)
Saldos em 30/06/2021	15.901.982	1.065.906	710.093	17.677.981
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Constituição de Reservas				-
Ao Capital				-
Integralização/Subscrição de capital	1.654.088			1.654.088
(-) Devolução de Capital	(2.198.995)			(2.198.995)
Integralização de Juros ao Capital	684.905		-	684.905
IRRF sobre Juros ao Capital	(38.367)			(38.367)
Sobras ou Perdas Líquidas			434.212	434.212
FATES - Atos Não Cooperativos			(9.470)	(9.470)
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		113.483	(113.483)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(56.742)	(56.742)
Saldos em 31/12/2021	16.003.613	1.179.389	964.610	18.147.612
Mutações do Período				
	101.631	113.483	254.517	469.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mutuo dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de SP - COOPERALESP
CNPJ nº 04.791.645/0001-40

	2º SEMESTRE DE 2021	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	475.435	1.186.300	906.123
IRPJ / CSLL	(2.960)	(3.733)	(1.334)
Participação dos Funcionários	(38.263)	(38.263)	(32.157)
Provisão para Operações de Crédito	(276.492)	(360.043)	57.198
Depreciações e Amortizações	3.607	6.644	6.051
	<u>161.327</u>	<u>790.906</u>	<u>935.881</u>
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	(1.388.092)	(1.234.648)	(1.825.730)
Outros Créditos	72.156	77.827	1.000.234
Outros Valores e Bens	(2.643)	(1.373)	7.000
Outras Obrigações	33.582	166.914	264.590
	<u>(1.284.997)</u>	<u>(991.280)</u>	<u>(553.906)</u>
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	<u>(1.123.670)</u>	<u>(200.374)</u>	<u>381.975</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aportes de capital e Investimento (-)	(456)	(456)	(8.560)
Aquisição de Imobilizações de Uso (-)	-	-	(1.434)
Aquisições do intangível (-)	(7.029)	(7.029)	-
Baixa do Imobilizado de Uso	-	-	110
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(7.485)</u>	<u>(7.485)</u>	<u>(9.884)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento por novos aportes de Capital	1.654.088	3.595.307	4.093.565
Devolução de Capital à Cooperados	(2.198.995)	(5.745.318)	(4.054.200)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(9.470)	(9.470)	(5.652)
FATES Sobras Exercício	(56.742)	(56.742)	(43.349)
Subscrição do Juros ao Capital	684.905	684.905	432.290
IRRF sobre Juros ao Capital	(38.367)	(38.367)	(18.639)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>35.419</u>	<u>(1.569.685)</u>	<u>404.015</u>
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
No início do período	6.883.417	7.565.225	6.789.118
No fim do período	5.787.681	5.787.681	7.565.225
	(1.095.736)	(1.777.544)	776.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mutuo dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de SP - COOPERALES
CNPJ nº 04.791.645/0001-40

	2º SEMESTRE DE 2021	2021	2020
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	434.212	1.144.305	872.632
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	434.212	1.144.305	872.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - Cooperalesp, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/06/2001. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários, títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da FNCC, Cecresp Corretora de Seguros e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, equipamentos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 04 – EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se as disponibilidades, aplicações em títulos e valores mobiliários de alta liquidez da Cooperativa.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	20.801	65.750
Títulos e Valores Mobiliários	5.766.880	7.499.475
Total	5.787.681	7.565.225

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Financiamento	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em
					31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
AA	0,0%	Normal	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	Normal	13.056.179	-	13.056.179	(65.281)	9.167.851	(45.839)
B	1%	Normal	67.747	-	67.747	(677)	1.979.668	(19.797)
B	1%	Vencidas	197.453	-	197.453	(1.975)	-	-
C	3%	Normal	11.831	-	11.831	(355)	591.872	(17.756)
C	3%	Vencidas	-	-	-	-	57.100	(1.713)
D	10%	Normal	-	-	-	-	-	-
D	10%	Vencidas	-	-	-	-	-	-
E	30%	Normal	-	-	-	-	9.411	(2.823)
E	30%	Vencidas	114.847	-	114.847	(34.454)	41.197	(12.359)
F	50%	Normal	-	-	-	-	7.624	(3.812)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-	-
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	-
G	70%	Vencidas	-	-	-	-	-	-
H	100%	Normal	-	-	-	-	278.766	(278.766)
H	100%	Vencidas	-	-	-	-	79.920	(79.920)
Total Normal			13.135.757	-	13.135.757	(1.032)	12.035.192	(368.793)
Total Vencido			312.300	-	312.300	(101.710)	178.217	(93.992)
Total Geral			13.448.057	-	13.448.057	(102.742)	12.213.409	(462.785)
Provisões (-)			(102.742)	-	(102.742)		(462.785)	
Total Líquido			13.345.315	-	13.345.315		11.750.624	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Em cumprimento às orientações do Banco Central do Brasil, a Cooperativa adota a exigência contida no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/1999, que estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2021
Empréstimos	701.398	1.621.022	11.125.637	13.448.057
Total	701.398	1.621.022	11.125.637	13.448.057

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não possui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor	31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimo	Total da Carteira	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	13.448.057	13.448.057	12.213.409	12.213.409
Total	13.448.057	13.448.057	12.213.409	12.213.409

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(462.785)	(405.587)
Provisão no período	288.096	(57.198)
Reversão para prejuízo	71.947	-
Total	(102.742)	(462.785)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	297.735	2,21%	281.108	2,30%
10 maiores devedores	2.493.236	18,54%	2.114.882	17,32%
20 maiores devedores	4.424.856	32,90%	3.615.831	29,61%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	504.737	561.361
Valor das operações transferidas no período	71.947	-
Valor das operações recuperadas no período	(30.074)	(56.624)
Total	546.610	504.737

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos p/ pagtos de nossa conta	8	-	8	4
Devedores diversos (seguro prestamista)	15.409	-	15.409	93.240
Total	15.417	-	15.417	93.244

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 - OUTROS VALORES E BENS**Despesas Antecipadas**

Referre-se a importâncias pagas pela Cooperativa (seguros/ benefícios aos empregados) sendo as despesas apropriadas de acordo com sua competência:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas antecipadas - Benefícios (VA/VR)	4.955	3.539
Despesas antecipadas - Seguros	2.574	2.617
Total	7.529	6.156

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE**a) Investimentos**

O saldo é representado por quotas da FNCC, Cecresp Corretora de Seguros e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
FNCC - Federação Nacional das Cooperativas de Crédito	10.683	10.227
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	1.176	1.176
Cecresp Corretora de Seguros	3.020	3.020
Total	14.879	14.423

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2021			31/12/2020	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Móveis e equipamentos de uso	31.103	(24.897)	6.206	9.316	10%
Sistema de comunicação	459	(415)	44	90	10%
Sistema de processamento de dados	17.532	(17.032)	500	896	20%
Total	49.094	(42.344)	6.750	10.302	

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela legislação vigente:

Intangível	31/12/2021			31/12/2020	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	21.717	(10.455)	11.261	7.324	20%
Total	21.717	(10.455)	11.261	7.324	

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	207.174	163.429
Remuneração do Capital a Pagar - (Juros s/ Capital Social)	25.589	19.696
Cotas de capital / Sobras - a pagar (b)	642.002	559.458
Provisão p/ Participação nas Sobras - empregados	38.263	32.157
Total	913.028	774.740

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e, no mínimo, de 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As Cotas de Capital R\$ 603.501 e Sobras R\$ 38.501 - a pagar para ex-cooperados.

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a recolher - s/ lucros (IRPJ, CSL)	950	255
Impostos e contribuições a recolher - s/ serviços de terceiros (IRRF, PIS/COFINS/CSL)	56	350
Impostos e contribuições a recolher - s/ salários (IRRF, INSS, FGTS e PIS folha)	11.840	13.410
Impostos e contribuições a recolher - outros impostos (ISS, PIS, COFINS e IRRF s/ Juros Capital)	38.629	18.639
Total	51.475	32.654

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - Diversas	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prov. p/ despesas c/ Pessoal -	62.103	-	62.103	51.156
Prov. p/ despesas Administrativas	500	-	500	2.152
Prov. p/ Outros Pagamentos (seguro prestamista)	14.114	-	14.114	13.604
Total	76.717	-	76.717	66.912

(Valores expressos em reais – R\$)

As operações acima são classificadas no curto prazo

NOTA 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, operações de crédito, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	16.003.613	16.770.154

(Valores expressos em reais – R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Total de associados	602	696

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de, no mínimo de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades no montante de R\$ 1.179.389.

(c) Destinação das Sobras

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 26/04/2021, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 736.933.

(d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobras / Lucro Líquido do exercício	1.144.305	872.632
Fundo de assistência técnica, educacional e social (ato não cooperativo)	(9.470)	(5.652)
Destinações estatutárias		
Reserva legal (10%)	(113.483)	(86.698)
Fundo de assistência técnica, educacional e social (5%)	(56.742)	(43.349)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	964.610	736.933

(Valores expressos em reais – R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, com remuneração aprovada em Assembléia Geral.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de capital e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas em 31/12/2021:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	% em relação à carteira 12/2020
Montante das operações ativas	683.569	240.754	1,97%

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira
Empréstimo	683.569	(3.418)	5,08%

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pela Diretoria	% em relação à carteira total - movimentação em 31/12/2021
Empréstimo	1,29	1,29	1,56

(c) Detalhamento da Remuneração/Encargos Sociais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pró-Labore - Conselho Adm / Cédula de Presença - Conselho Fiscal	85.567	61.218
Encargos Sociais (INSS)	17.113	12.244
Total	102.680	73.462

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 15 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa R\$ 18.135.175 encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização do PR com PRE de R\$ 16.636.662 em 30 de dezembro de 2021.

NOTA 16 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Até o fechamento do exercício, em consultas realizadas aos assessores jurídicos, a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - Cooperalesp, não possui processos judiciais em que figura como pólo passivo.

NOTA 17 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**Risco Operacional**

A Resolução nº. CMN 3.380/2006 define a gestão de risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. Em dezembro de 2019, a Cooperativa elaborou seu Manual de Risco Operacional elaborado por consultores indicados pela FNCC – Federação Nacional das Cooperativas de Crédito, entidade da qual a Cooperalesp tornou-se associada. O diretor responsável foi nomeado e cadastrado no UNICAD.

Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 3.464/2007 do CMN, define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira e deve ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado da instituição. O diretor responsável foi nomeado e cadastrado no UNICAD.

Risco de Crédito

A Resolução CMN nº 3.721/2009 define como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O diretor responsável foi nomeado e cadastrado no UNICAD.

Risco de Liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevista na Resolução CMN nº 4.090/2012 define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O diretor responsável foi nomeado e cadastrado no UNICAD.

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os seus associados.

As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público na cooperativa e estão compostas pela Diretoria-Executiva e pelo agente de Controle Interno e de Risco.

São Paulo/SP, 31/12/2021

Celso de Moura Leite Ribeiro
Diretor Presidente

Fabio Genaro
Contador
CRC: 1SP 215.304/O-1